

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.702 - RS (2019/0255722-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : BERENICE ULISSÉA BECARI SOUZA
RECORRENTE : SEBASTIÃO SOUZA FILHO
ADVOGADO : RAFAEL PELICIELLI NUNES - SC025966
RECORRIDO : HEVERTON DA SILVA LINS
RECORRIDO : ROSELITO EVERALDO DE LINS
RECORRIDO : RAFAEL FERNANDO BARRO
ADVOGADO : ROSELITO EVERALDO DE LINS - SC023873
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança no qual se discute a possibilidade de impetração de mandado de segurança contra decisões proferidas pelo Relator dos Agravos de Instrumento n.º 5043133-28.2018.4.04.0000/TRF e 5047703-57.2018.4.04.0000/TRF, que indeferiram os pedidos de atribuição de efeito suspensivo, com o objetivo de suspender arrematação havida em execução fiscal.

A parte recorrente postula a concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário, com base nos arts. 1027, § 2º, e 1.029, § 5º, do CPC/2015.

É o relatório. Passo a decidir.

A concessão de liminar em sede de recurso em mandado de segurança demanda a demonstração inequívoca e concomitante da verossimilhança do direito pleiteado, que se traduz na possibilidade de êxito do recurso, e o risco de dano grave ou de difícil reparação ao direito deduzido no *writ*, caso a ordem seja concedida apenas ao final.

Os recorrentes deixaram de demonstrar, de modo específico e individualizado, qual o dano grave, iminente, de difícil ou impossível reparação, ao qual estaria exposta.

Por outro lado, não houve demonstração argumentativa específica da presença de verossimilhança na tese suscitada, haja vista que a eficácia da decisão proferida no mandado de segurança retroage à data do seu ajuizamento.

Ante o exposto, indefiro a concessão do efeito suspensivo ao recurso.

Encaminhe-se ao Ministério Público Federal; depois, façam-me novamente conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator